

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COMO ELEMENTO IMPORTANTE NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Jeckson Santos do Nascimento¹

Alex Andreilino Viana Jucá²

Dirceu da Silva³

Fábio José de Araújo⁴

Laura Silva de Sousa⁵

Resumo: Este artigo objetiva em analisar a importância da formação do professor no processo de implementação da política de inclusão escolar na ótica da Educação Especial. Para tanto, faz-se necessário um estudo bibliográfico desta temática de forma a criar um panorama deste cenário dentro do contexto educacional. A análise dos dados deixa claro que a formação dos professores é um elemento importante no processo de implementação da política de inclusão escolar, porém a Secretaria de Educação sequer possui uma política própria de Educação Inclusiva, assim como os professores tratam de forma superficial sobre a temática em questão tanto na formação inicial quanto na continuada.

Palavras-chave: Formação. Educação Especial. Educação Inclusiva.

1 Doutor em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidad de La Integración de Las Américas (UNIDA). E-mail: jeckson_sn@hotmail.com

2 Mestrando em Tecnologias Emergentes na Educação pela Miami University of Science and Technology (MUST). E-mail: alex2juc@gmail.com

3 Doutorando em Educação pela UNINQ University Corp. E-mail: _prof.dr.dirceudasilva@gmail.com

4 Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). E-mail: fabio.araujo9@prof.ce.gov.br

5 Pós graduação em Atendimento Educacional Especializado - AEE pela Universidade De Educação De Tangará Da Serra (UniSerra). E-mail: laura.gl2013@hotmail.com

Abstract: This article aims to analyze the importance of teacher training in the process of implementing the school inclusion policy from the perspective of Special Education. To this end, a bibliographical study of this topic is necessary in order to create an overview of this scenario within the educational context. Data analysis makes it clear that teacher training is an important element in the process of implementing the school inclusion policy, but the Department of Education does not even have its own Inclusive Education policy, just as teachers deal superficially with the topic. in question in both initial and continuing training.

Keywords: Training. Special Education. Inclusive Education.

Introdução

Tratar de formação de professor implica debater questões que envolvem diretamente à eficácia das políticas públicas que foram criadas para este fim, principalmente no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelas secretarias de educação. Por conta disso, faz-se necessário inicialmente resgatar alguns conceitos de modo que tragam embasamento a esta discussão.

Neste artigo é vista a temática da Educação Inclusiva (EI) na ótica da Educação Especial (EE) com o intuito de analisar a importância da formação do professor no processo de implementação da política de inclusão escolar. Em alguns estudos realizados, tem-se observado que os professores não fazem uso de metodologias diferenciadas no trabalho envolvendo os alunos inclusos por falta de formação específica na área da inclusão escolar.

Desta forma, este artigo poderá se constituir em um material de relevância para trabalhos acadêmicos que abordem a temática em questão, levando em consideração seus aspectos científico, político, pedagógico e social. Espera-se, ao final, que este artigo atinja os objetivos aos quais foi proposto.

A formação do professor no processo de inclusão escolar

Abordar a respeito da temática da formação dos professores dentro do contexto da proposta da educação inclusiva é de suma importância, principalmente quando se leva em consideração as particularidades da Educação Especial para este fim. No entanto, antes de adentrar diretamente

nessa discussão, faz-se necessário um resgate histórico que trata da temática da formação.

O movimento pela profissionalização do ensino que iniciou na década de 80 contribuiu significativamente para que se identificassem os conhecimentos que compõem a prática docente tanto que se refere ao seu processo de formação quanto no exercício diário da profissão.

Em vista disso, cresceu-se o interesse nessa área, haja vista a necessidade do professor se manter atualizado quanto ao mundo que o cerca. Além do mais, a sociedade foi se construindo por meio do conhecimento e passou a exigir um aluno cada vez mais crítico e conhecedor da realidade em que está inserido.

Partindo deste princípio, o professor, como principal mediador deste processo, também precisou deixar de lado uma postura mais conservadora para aderir outra focada no desenvolvimento integral do seu aluno.

Segundo Tardif (2008), o professor comprometido com uma educação de qualidade busca sempre se manter atualizado, sendo conhecedor do seu programa de ensino e, sobretudo, dos objetivos os quais se destina. No entanto, no que diz respeito à formação, tem-se observado uma valorização exacerbada da competitividade deixando de lado o foco no aluno.

Quando se fala ou se pensa em educação devem ser levados em consideração vários fatores, dentre eles uma práxis pedagógica de qualidade atrelada uma formação docente comprometida com o desenvolvimento integral do aluno. No que tange à formação, é importante destacar que deve ser pensada para além da qualificação, mas também envolver a criação de políticas que tratem da valorização profissional do docente.

De acordo com Freire (2008), a formação é como um fazer permanente que se refaz constantemente na ação. Não pode ser estática em decorrência das mudanças contínuas sofridas pela sociedade as quais levam o professor a ter a necessidade de acompanhar todas as evoluções ocorridas.

Outro ponto importante a ser destacado é que a formação não pode ser vista apenas um repasse de conhecimentos, mas sim como algo que é produto de uma série de interações vivenciadas pelo professor, tais como leitura de livros, troca de experiências com outros docentes, pesquisa em sites da internet, dentre outros.

De acordo com Garcia (1999), o conceito de formação aborda diferentes aspectos, dentre os quais se destaca o de possuir um cunho social de transmissão de saberes. No entanto, levando em consideração

o desenvolvimento profissional e pessoal do professor, tal conceito pode sofrer alterações constantes tomando por base as mudanças de pensamento que ocorrem em meio às discussões que tratam da área educacional.

Ressalta-se ainda a importância do professor adquirir conhecimentos tomando por base a experiência em sala de aula. Freire (2008) pontua que o professor consciente consegue se beneficiar do seu próprio exercício docente a partir do momento que busca identificar as dificuldades reais vivenciadas por seus alunos e conseqüentemente traça estratégias para minimizá-las.

Partindo desta ideia, percebe-se o quão é importante a pesquisa dentro do espaço escolar. Não como algo apenas destinado para a produção do conhecimento, mas como um meio de agir dentro de determinada realidade, modificando-a. Vale ressaltar ainda que a relação professor e aluno é uma das vertentes mais propícias para que seja feito um estudo dentro do espaço escolar.

No entanto, vários especialistas afirmam que a formação do docente ainda não é vista como prioridade a ponto de ser apontada como um dos fatores que causam problemas dentro do processo educacional. Embora a sociedade venha passando por uma série de mudanças de acordo com cada geração, tem-se percebido que mesmo com o advento de diferentes teorias, ainda há uma dificuldade enorme de tê-las acontecendo na prática.

Além disso, existe uma rotatividade muito grande do quadro de professores dentro de uma unidade escolar que muitas vezes leva a reiniciar todo um trabalho desenvolvido há anos. Muitas vezes a equipe diretiva vem caminhando bem com toda a comunidade escolar e do nada se ver obrigada a iniciar todo um processo por conta disso.

Neste contexto, é perceptível a importância de que toda equipe escolar esteja engajada no mesmo objetivo, principalmente o professor que lida diariamente com seus alunos. Muitas das vezes, como afirma Antunes (2001), é possível que se desenvolva as potencialidades destes docentes, sem que seja necessária uma mudança brusca por parte do professor. No entanto, é importante que este tenha foco na sua formação, buscando enriquecê-la sempre que necessário.

Para tanto, faz-se necessário que o professor administre a sua formação para que ao final de tudo possa

Saber explicitar as próprias práticas: estabelecer seu próprio balanço de competências e seu programa pessoal de formação continuada negociar um projeto de formação comum com os colegas envolver-

se em tarefas em escala de uma ordem de ensino ou do sistema educativo acolher a formação dos colegas e participar dela. (Perrenoud, 2000, p. 158).

É válido ressaltar que o professor, mesmo disposto a investir na sua formação continuada ainda passa por uma série de dificuldades para pôr em prática tudo que aprendeu. É muito comum o sistema não dar abertura às práticas inovadoras em detrimento a uma visão acadêmica que não leva em consideração uma visão real da escola.

Neste sentido, é preciso entender que o exercício da docência deve ser algo democrático, uma vez que todos os indivíduos participam do processo de construção do conhecimento e são chamados a serem agentes de transformação na sociedade em que vivem.

Outro ponto importante é reconhecer que o conhecimento a ser repassado aos alunos deve também prepará-los para a vida de modo que possam se desenvolver em todos os seus aspectos.

Outra discussão também que é comum de ser vista no mundo acadêmico corresponde à sintonia entre a teoria e a prática no que tange à formação docente. Neste sentido, tem se visto muito ambas acontecendo de forma independente sem que haja uma relação entre elas, levando o conhecimento trabalhado a ser visto tomando por base apenas o senso comum.

Deve ser levado em consideração que a formação docente implica em uma série de fatores, levando o professor a fazer uma autoavaliação de sua práxis pedagógica, do seu modo de ver a educação e de suas próprias atitudes em relação ao meio em que vive.

De acordo com Pimenta (1994), o processo de formação docente possui extrema relevância, pois compreende nas suas entrelinhas uma política de valorização do professor e das instituições de ensino como um todo. Nos dias atuais, é comum a formação ser realizada dentro do espaço escolar em que o professor atua, evitando que o mesmo se desloque para lugares distintos que não correspondem sequer a mesma realidade vivenciada por ele diariamente.

Quando a formação ocorre na sua própria escola de atuação, o professor passa a ter um novo olhar para o ambiente e a ter a dimensão dos recursos existentes. No entanto, as novas gerações que vêm surgindo requerem que o professor domine cada vez mais os recursos tecnológicos. E como a sociedade vive em constante mudança, isto nos leva a crer da importância do professor se manter atualizado, seja por conta da aquisição

de novos conhecimentos, seja em decorrência do uso das tecnologias.

Em vista disso, percebe-se o quanto a formação é um processo deveras complexo, pois envolve várias questões que vão desde a aquisição de conhecimentos até o uso, na prática, de tudo que foi apreendido. Assim como também se deve ter a consciência que a formação inicial dada ao professor não é o suficiente para dar conta de todas as situações vivenciadas em sala de aula. Por conta disso, a formação deve ser vista de forma contínua levando sempre em consideração às mudanças sofridas pela sociedade.

Devem ser levado também em consideração no processo de formação docente inicial ou continuada os saberes adquiridos pelos professores ao longo de toda sua trajetória, visto que servem de suporte para que continuem exercendo com segurança e maestria seus ofícios.

O professor precisa, ao longo da sua práxis pedagógica, refletir sobre todo o processo educacional a ponto de entender que ensinar não se aplica somente ao repasse de uma teoria, mas, sobretudo, a preparar o aluno para a vida em sociedade. Daí a necessidade de ensiná-lo a resolver problemas, a tomar decisões individuais ou em grupo, a questionar alguns enunciados que não estão de acordo com a sua forma de pensar, dentre outros.

Em vista disso, nota-se a necessidade de ser levada em consideração a subjetividade do professor enquanto sujeito do conhecimento nas pesquisas voltadas para o ensino. Isto compreende envolver todas as dimensões humanas no processo de formação e não apenas a pessoal como se habitualmente se observa. Ao oferecer formação para o docente, partindo do todo que o constitui, se observa uma preocupação em prepará-lo de forma efetiva para atender as necessidades que venham surgir na sala de aula.

Como se pode observar, a produção do conhecimento e o processo de mudança do campo educacional partem de uma formação docente reflexiva em consonância com uma práxis pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral do aluno. Desta forma, pode-se dizer que ao partir de uma prática reflexiva o professor colabora diretamente para que a construção do conhecimento ocorra de forma eficaz. Ressaltando ainda que este tipo de prática não ocorre de forma isolada. Ela compreende uma série de situações que vão desde o diálogo até uma análise do trabalho propriamente executado.

Neste contexto, observa-se que não há possibilidade alguma de separar a teoria da prática dentro de um processo formativo. Ambas possuem finalidades distintas, mas, no entanto, constituem o todo que se

articula dentro deste momento de mudança por qual perpassa a profissão de professor. Em se tratando dele, percebe-se que é visto como o grande protagonista dentro do processo educacional e cada vez mais é instigado a dar respostas a algumas situações para as quais sequer recebeu algum tipo de formação.

Segundo Feldman (2005), o professor possui um papel muito importante enquanto mediador do conhecimento. Para tanto, ele precisa ser conhecedor da real necessidade dos seus alunos e que a sua formação recebida seja pautada dentro do que se espera para uma prática docente reflexiva. Neste caso, o professor deve se preocupar em construir coletivamente alguns mecanismos para que a aprendizagem ocorra de forma efetiva.

Outra questão a ser discutida, no que tange à formação dos professores, se trata da Educação Inclusiva (EI). Embora tal terminologia ainda seja considerada nova no contexto escolar, observa-se que gera uma série de debates e resistência por parte dos profissionais da educação. Há quem defenda a proposta a ponto de apresentá-la como um grande avanço educacional ocorrido, porém existem aqueles que criticam alegando que é apenas algo que não sairá efetivamente do papel.

É importante ressaltar que a sociedade só trata ainda da EI na perspectiva da Educação Especial (EE) e é sabido que o processo de inclusão escolar acarreta uma série de fatores e públicos diferenciados, como são os casos dos negros e transexuais que sofrem por conta do caráter excludente das instituições de ensino.

Outro ponto a ser destacado é que o movimento da EI busca promover a educação para todos de forma a desconstruir todo um histórico de segregação escolar existente. Partindo deste contexto, percebe-se a amplitude da temática em questão, visto que a inclusão social do indivíduo com deficiência tem sido constantemente alvo de discussões, seja no campo acadêmico, sejam nos demais setores da sociedade.

No entanto, independente das vertentes envolvendo a inclusão escolar, é válido ressaltar que há pelo menos um ponto de concordância entre os envolvidos neste processo: a EI requer investimento na formação dos professores. Neste sentido, é importante destacar a importância do papel do governo em todas as esferas em proporcionar ao professor uma formação de qualidade que o permita desenvolver da melhor forma possível seu trabalho junto com seus alunos inclusos.

Segundo Nóvoa (1997, p. 28),

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola.

É válido ressaltar que a formação de professores é um direito adquirido por meio dos artigos 62 e 63 da LDB 9394/96, que destaca que ela deve se dar em curso de licenciatura plena nas universidades e institutos superiores de educação. Estes, por sua vez, deverão manter cursos de aperfeiçoamento destinados aos profissionais com diploma de ensino superior para que possam exercer suas atividades na educação básica da melhor forma possível.

No entanto, a formação dos professores, além de ser um direito adquirido, passa por todo um processo de acompanhamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) que coleta todas as informações necessárias por meio do Censo Escolar da Educação Básica para analisar como vem se dando, na prática, essa ação em todo território brasileiro.

Ao longo dos anos, tem-se verificado que em alguns estados, principalmente na sua parte interiorana, ainda se percebe a ausência de políticas que busquem tanto legitimar quanto valorizar o trabalho docente.

É importante ressaltar ainda que o Plano Nacional de Educação (PNE), em sua meta 15, assegura “que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014). Sendo assim, torna-se importante ter conhecimento das políticas que asseguram este direito do docente para que haja uma cobrança nos lugares em que esta situação não vem sendo respeitada.

Segundo Imbernón (2011), o docente não pode ficar mais atrelado à mera transmissão dos conhecimentos acadêmicos, reproduzindo apenas o que o poder dominante determina. A sociedade vive em constante transformação, tornando o indivíduo ainda mais complexo. Para tanto, fica complicado para o professor acompanhar este processo, uma vez que seu processo de formação é fragmentado e baseado apenas em teorias.

Conforme Tardif (2008), muitas das concepções teóricas repassadas nas formações dos docentes estão fora do contexto da sua práxis pedagógica. Sendo assim, muito que foi aprendido pode não ter uma utilidade efetiva

dentro do espaço da sala de aula. Para o autor, no que diz respeito à formação dos professores, o aluno deve ser visto como sujeito de conhecimento assim como o docente. Ele aponta como erro neste processo o fato do aluno ser visto apenas como alguém a receber apenas conhecimentos curriculares de forma objetiva, sem que sejam enfatizados todos os demais aspectos que o compõem enquanto indivíduo.

Outra reflexão baseada na formação docente se baseia no fato de que este profissional deveria ter um espaço de contribuição na construção do currículo dos cursos dos quais participa, visto que por meio de sua prática consegue enumerar o que realmente se faz necessário ser aprendido para que possa posteriormente ser executado dentro do espaço da sala de aula.

Para Gatti (1997), a teoria e a prática são interligadas a ponto de se constituírem em uma unidade, discordando totalmente do fato de que o conhecimento se produz por meio da prática. E acrescenta ainda que se tal pensamento fosse introduzido na formação dos professores, este processo se daria de forma mais integrada.

Na realidade, tem se observado que a prática nos cursos de formação docente é apenas aplicada, sem que haja uma correlação direta com o que se vem discutindo teoricamente. É como se a teoria e a prática fossem totalmente distintas e os cursos se resumissem em apenas uma falsa reprodução dos saberes profissionais.

Para Pimentel (2014), a teoria e a prática devem caminhar juntas e não serem vistas isoladas uma da outra. Salienta ainda que os conhecimentos teóricos precisam ter sentido para o indivíduo e para tanto sugere que as situações problema sejam inclusas na grande curricular dos cursos de formação dos docentes. Desta maneira, o professor adquiriria o conhecimento necessário, assim como também desenvolveria a habilidade de perceber o momento de mudar a sua estratégia na sua sala de aula.

Dentro deste aspecto, Dewey (1976) reforça que o êxito na aprendizagem se dar por meio da sintonia entre a prática e a teoria, entre o que é aprendido com quem aprende. Partindo deste princípio, vê-se a necessidade de se estabelecer durante a formação de professores uma prática em que se deixe claro que não há como indissociar a teoria e a prática no que tange ao exercício da docência.

Vale ressaltar ainda a importância da formação inicial do professor no que diz respeito a conhecer a sua área de atuação. É sabido que o professor passa boa parte da vida como estudante, muito antes de começar

a atuar na docência. E a leitura que ele faz de todo o processo educacional na condição de aluno muitas das vezes não muda durante a graduação, tendo que aprender a ensinar na prática entre erros e acertos.

É sabido que através do tempo o professor adquire os saberes inerentes à docência e que por meio da formação continuada lhe é repassado todo o conhecimento especializado. De posse deste conhecimento, é exigido do professor que saiba utilizar os recursos didático-pedagógicos necessários para o desempenho da sua função.

No tocante à EI na perspectiva da EE, observa-se que a cada ano um número significativo de alunos com alguma deficiência adentra as salas regulares sem que haja um suporte pedagógico ao professor. Muitas vezes, sem saber como realizar da melhor forma seu trabalho com o aluno considerado incluso, o professor acaba sendo o próprio fator de exclusão dentro da sala de aula.

Neste contexto, é importante ressaltar que durante décadas a EE era tratada de lado e as formações oferecidas eram destinadas apenas a quem possuía alunos com alguma deficiência, deixando os demais de fora, como se não fosse importante que toda classe docente tivesse acesso a estas informações. Porém, com a popularização da política de inclusão escolar, percebeu-se a necessidade da oferta da formação a todos os professores o que, infelizmente, na prática, ainda não se realiza. Muitos, no início do ano letivo, se deparam com alunos com deficiência na sua sala de aula e não sabem nem como dar o pontapé inicial no seu trabalho pedagógico.

Em vista disso, é preciso ser repensada como prioridade a temática da EE na formação continuada para todos os professores levando em consideração que a inclusão de alunos com deficiência na sala regular é uma realidade que a cada ano se concretiza ainda mais. De acordo com Freitas (2006 p. 173), a formação deve “ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialista, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional”.

É importante se ter a consciência que a formação, dentre seus objetivos, deve preparar o professor para os desafios da educação, levando-a a uma postura crítica e reflexiva. Nesse sentido, acreditamos ser de extrema relevância preparar o professor para os novos desafios da educação, uma vez que se depara anualmente com turmas heterogêneas que apresentam as mais diversas realidades.

Para Libâneo (2001, p. 80),

A escola de hoje precisa propor respostas educativas e metodológicas em relação a novas exigências de formação postas pelas realidades contemporâneas como a capacitação tecnológica, a diversidade cultural a alfabetização tecnológica, a superinformação, o relativismo ético, a consciência ecológica. Pensar num sistema de formação de professores supõe, portanto, reavaliar objetivos, formas de organização do ensino, diante da realidade em transformação.

Um dos outros objetivos da formação é a promoção de uma postura reflexiva e crítica por parte do professor que se dar por meio da apropriação de conhecimentos, dando condições a esse profissional de se posicionar e atuar com responsabilidade e autonomia a ponto de agir como agente de transformação na sua sala de aula.

No entanto, tratar da formação do professor ainda não é um consenso, nem na sua própria classe. Há quem reconheça a importância dessa ação, como também há quem duvide da sua eficácia embora se perceba que boa parte dos integrantes deste segundo grupo são professores que se encontram totalmente desmotivados com a sua profissão ou que apresentam resistência diante de novos desafios educacionais.

E mesmo que houvesse consenso em torno desta situação, é importante deixar claro que o processo de formação deve focar em uma prática pedagógica exitosa que, além da preparação das aulas, deve se preocupar na construção de novos saberes e, sobretudo, no indivíduo como um todo levando em consideração todas as suas potencialidades. Em suma, é um processo que requer mudança tanto por parte de quem a compartilha como de quem a recebe, mas que deve originalmente partir do desejo do educador de reinventar-se.

Faz-se necessário ainda reconhecer que o professor que tem um aluno incluso na sua sala tende a possuir uma exigência maior tanto no que se refere a sua práxis pedagógica quanto no acompanhamento diferenciado deste ser, evitando, deste modo, ficar se detendo a padrões de planejamentos. Como cada aluno com deficiência possui suas especificidades, é importante que o professor verifique diferentes formas que possam atender as suas necessidades educacionais de forma a alcançar os objetivos esperados.

Para Mazzotta (1993, p 34 e 45), o professor deve “(...) adquirir primeiro, o saber geral comum a todos os alunos, depois, o saber particular que diz como sua profissão (e compreende grande parte de habilidade), e, enfim, exerce-se em sua atividade profissional”. Deste modo, o professor

se verá mais preparado podendo atuar em diferentes situações, levando em conta a heterogeneidade da sua sala em decorrência da política de inclusão escolar.

Outro ponto importante a ser destacado é que a formação do professor, neste processo inclusivo, deve ser uma preocupação das instituições de ensino superior que já veem fazendo adaptações nas grades curriculares, principalmente nos cursos de licenciatura. Desta forma, mostram-se envolvidas não só quanto ao debate em torno da EI, mas, sobretudo, a respeito também da sua implementação, uma vez que se demonstram preocupadas com os saberes necessários a serem transmitidos aos futuros educadores.

Considerações finais

Levando em consideração a implementação da política pública de inclusão escolar, é importante ressaltar que é comum se ver na prática o conceito de inclusão ser tratado de forma errônea ou limitado apenas aos alunos da Educação Especial. Isto parte de uma ideia baseada apenas no senso comum em que são criados alguns estereótipos que deturpam a essência da inclusão como um todo.

O conceito de inclusão é abrangente e se aplica aos mais variados espaços e contextos, não podendo ser trabalhado de forma alguma apenas dentro de um enfoque. Daí a importância também de serem oferecidas formações aos profissionais da educação para que sejam revistos “antigos” conceitos e que a escola realmente possa fazer um trabalho dentro de uma perspectiva inclusiva.

Dentro dessa perspectiva, inclusão passa então um conceito bem mais abrangente do que se habitua ver na prática, pois se estende a todos os campos e áreas da sociedade. Em vista disso, no que tange à educação, é importante um trabalho voltado para a diversidade de uma forma geral a fim de que se quebrem as concepções estereotipadas a respeito da inclusão.

No entanto, mesmo com todos os avanços nesta área, ainda se encontram alguns desafios encontrados para a implementação da política de inclusão escolar, dentre os quais se cita o investimento na formação docente, visto que corresponde a um elemento importante neste processo.

Espera-se, portanto, que este artigo possa suprir os interesses daqueles que se sentirem instigados a conhecer mais sobre a temática da inclusão escolar, constituindo-se, desse modo, como um panorama de

como se encontra a implementação desta política no que diz respeito à Educação Especial, tomando por base à formação docente.

Referências

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. Petrópolis-RJ. Vozes, 2001.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

FELDMANN, Marina Graziela et al. **Formação docente e as mudanças na sala de aula: um diálogo complexo**. In: Olhar de professor. Paraná: UEPG., 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. RODRIGUES, David (org). **Inclusão e educação-doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GARCÍA, C. M. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Trad. Narciso, I. Portugal, Porto Editora, 1999.

GATTI, Bernadete. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. Campinas, SP: Editora Autores, 1997.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

MAZZOTA, Marcos J. Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote: Lisboa, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTEL, Edna Furukawa. **A epistemologia e a formação docente: reflexões preliminares**. In: RAMALHO, Betânia Leite; NUNES, Claudio Pinto; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro (org.). **Formação para a docência profissional: saber e práticas pedagógicas**. Brasília: Liber Livro, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.